

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPa
CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO – CMRV
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – CCCC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIA GRAZIELLY DE LIMA MELO
RAÍSA PORTELA CUNHA

**GOVERNANÇA CORPORATIVA E FRAUDES CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE
ENVOLVENDO AS EMPRESAS PETROBRÁS, VIA VAREJO E AMERICANAS**

PARNAÍBA-PI

2023

MARIA GRAZIELLY DE LIMA MELO
RAÍSA PORTELA CUNHA

GOVERNANÇA CORPORATIVA E FRAUDES CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE
ENVOLVENDO AS EMPRESAS PETROBRÁS, VIA VAREJO E AMERICANAS

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Egídio Carlos Vieira

MARIA GRAZIELLY DE LIMA MELO

RAÍSA PORTELA CUNHA

**GOVERNANÇA CORPORATIVA E FRAUDES CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE
ENVOLVENDO AS EMPRESAS PETROBRÁS, VIA VAREJO E AMERICANAS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Aprovado em: 03/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Egidio Carlos Vieira (Orientador)

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

Profª Nivianne Lima dos Santos Araujo

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

Prof. Me. Ronaldo da Silva Araujo

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por nos proteger e nos abençoar em nossa caminhada acadêmica. Obrigado a nossos familiares e amigos por todo o seu apoio e incentivo, que fez com que o processo se tornasse mais leve. Gratidão ao nosso orientador Prof. Me. Egídio Carlos Vieira, que contribuiu com seu conhecimento e dedicação, somando valor a presente pesquisa. Nossos agradecimentos também aos demais docentes do curso, que nos auxiliaram e fereceram muito aprendizado.

RESUMO

A Governança Corporativa (GC) caracteriza-se como um sistema de normas organizacionais, que visa alcançar a confiança dos investidores por meio de mecanismos estratégicos e controle da gestão, uma vez que conduz o alinhamento de interesses e auxilia na escolha das melhores soluções dentro do mercado de capitais. Diante disso, percebe-se a relevância do presente estudo, no que se refere a sua eficácia no combate às fraudes contábeis dentro de grandes organizações. Para a realização da pesquisa, foram selecionadas três grandes empresas envolvidas em casos de fraudes contábeis, a Americanas, Petrobrás e Via Varejo. Posto isso, observou-se três variáveis coletadas dentro dos relatórios anuais das empresas, que consistem na dualidade, na participação feminina no conselho e no nível de GC presentes nas organizações. Em seguida, foi feita uma correlação entre as variáveis e a fraude contábil de cada empresa utilizando o modelo de Correlação de Pearson. Desse modo, concluiu-se que a dualidade e participação feminina têm uma influência moderada na fraude. Em contrapartida, o nível de GC se caracterizou com uma relação muito baixa diante da fraude.

Palavras-chave: Governança Corporativa; Fraudes Contábeis, Nível de Governança Corporativa; Petrobrás; Via Varejo; Americanas

ABSTRACT

Corporate Governance (CG) is characterized as a system of organizational rules that aims to gain the investors' trust through strategic mechanisms and management control, as it aligns interests and helps in choosing the best solutions within the capital market. In light of this, the relevance of this study is evident in its effectiveness in combating accounting fraud within large organizations. For the research, three major companies involved in accounting fraud cases were selected: Americanas, Petrobras, and Via Varejo. Three variables were then observed within the companies' annual reports, namely duality, female board participation, and the level of CG present in the organizations. After that, a correlation was made between the variables and the accounting fraud of each company using the Pearson Correlation model. It was concluded that duality and female participation have a moderate influence on fraud. On the other hand, the level of GC was characterized by a very low relationship with fraud.

Keywords: Corporate governance; Accounting Fraud, Corporate Governance Level; Petrobras; Via Varejo; Americans

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Participação Feminina na Empresa Petrobras entre os anos de 2010 a 2014 35

Gráfico 2 - Participação Feminina na Empresa Via Varejo entre os anos de 2015 a 2019 36

Gráfico 3 - Participação Feminina na Empresa Americanas entre os anos de 2017 a 2021 36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instituições foco da pesquisa, designação dos relatórios utilizados, nível de GC e o ano dos relatórios analisados.	29
Tabela 2 - Nomes de presidentes do CA, da Diretoria Executiva (CEO) e a Dualidade da empresa Petrobrás.	32
Tabela 3 - Nomes de presidentes do CA, da Diretoria Executiva (CEO) e a Dualidade da empresa Via Varejo.	32
Tabela 4 - Nomes de presidentes do CA, da Diretoria Executiva (CEO) e a Dualidade da empresa Americanas.	32
Tabela 5 - Tempo de Mandato dos Membros do Conselho de Administração	33
Tabela 6 - Membros do Conselho de Administração que possuem um Cargo na Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Empresa Petrobrás	33
Tabela 7 - Membros do Conselho de Administração que possuem um Cargo na Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Via Varejo	34
Tabela 8 - Variação no Nível de GC em 5 anos das Empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas.	39
Tabela 9 - Escala Pearson	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fórmula do Coeficiente de Pearson

25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B3	Brasil, Bolsa e Balcão
GC	Governança Corporativa
CEO	Diretor da Diretoria Executiva
CA	Conselho de Administração
DE	Diretoria Executiva
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
N1	Nível 1 de Governança Corporativa
N2	Nível 2 de Governança Corporativa
NM	Novo Mercado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema e sua Contextualização.....	1
1.2 Problema e Lacuna de Pesquisa	2
1.3 Pergunta de Pesquisa.....	3
1.4 Objetivos.....	3
1.4.1 Geral	3
1.4.2 Objetivos Específicos	3
1.5 Ângulo de Abordagem.....	4
1.6 Hipótese de Pesquisa.....	4
1.7 Justificativa.....	5
1.8 Estrutura do Trabalho	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Teoria da agência	7
2.2 GC e Fraudes contábeis	7
2.3 Conselho de Administração e Diretoria Executiva (Dualidade).....	9
2.4 Participação Feminina no Conselho de Administração	9
2.5 Modelo Correlação de Pearson	10
2.6 Pesquisas anteriores	11
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	14
3.1 Unidade de Análise, População e Amostra.....	14
3.2 Coleta de Dados	15
3.3 Análise dos Resultados	16
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	17
4.1 Estatística Descritiva.....	17
4.1.1 Variável Dualidade	17
4.1.2 Participação Feminina no Conselho de Administração	21
4.1.3 Variação nos Níveis de GC.....	25
4.2 Estatística Bivariada	26
4.3 Correlação de Pearson.....	26
5 CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e sua Contextualização

A Governança Corporativa (GC) tornou-se um tema de destaque no meio empresarial, a evolução da economia brasileira nos últimos anos aconteceu, em partes, pela utilização dessa prática (CARREIRO *et al.*, 2021). Pode-se definir esse sistema como um conjunto de normas organizacionais, que buscam atingir a confiabilidade dos investidores, por meio da prestação de contas e responsabilidade corporativa (CORDEIRO, 2018; IBGC, 2015). Os mecanismos de GC auxiliam no alinhamento de interesses e categorizam os melhores caminhos para a resolução de divergências no mercado de capitais (MARQUIORI, 2019).

A GC é utilizada para atribuir valor e qualidade para instituições frente ao mercado financeiro, visto que ela busca a transparência e ética na sua atuação (MARTINS, 2020). Existem três níveis do sistema de GC, que são eles, o Nível 1 (N1), Nível 2 (N2) e Novo Mercado (NM), o mercado financeiro utiliza esses níveis para classificar as empresas quanto a aplicação das práticas de GC (FORTE, 2020; FRAGOSO, 2019). O N1 constitui as empresas que possuem baixa GC, o N2 configura o grupo de grau médio e o NM é equivalente às empresas com elevado grau de GC (TAVARES; PENEDO, 2018).

As fraudes contábeis aconteceram com muita frequência nos últimos anos, grandes escândalos envolvendo empresas listadas na B3, que participaram de esquemas de manipulação contábil, foram evidenciados (OLIVEIRA, 2012). Essas fraudes são qualquer ação intencional que busque prejudicar uma empresa para obter benefício próprio, por meio de manipulação de informações e falsificação de documentos (VILAÇA, 2012). Para a detecção dessas ações fraudulentas na contabilidade é feita uma análise de dados mediante sistemas de planejamento (MOREIRA, 2019).

São exemplos de grandes casos de fraudes contábeis em empresas internacionais: Enron, Tyco, WorldCom, Xerox, Parmalat e nacionais: Sadia, Banco Santos, Banco Pan Americano, e as mais recentes Petrobrás, Via Varejo e Americanas (FREITAS; IMONIANA; PERERA, 2014). Esses erros podem prejudicar tanto os grandes e pequenos acionistas, como também a toda sociedade, visto que impactam diretamente na economia (GUANAES, 2022). Além disso, essas fraudes afetam negativamente a imagem da empresa perante o mercado e influenciam na fragilidade dos relatórios, contribuindo com a necessidade de alerta de riscos como uma forma de inibir potenciais fraudes (NASCIMENTO, 2020).

As grandes empresas envolvidas nessas fraudes contábeis adotavam altos padrões de GC, com isso, faz-se questionar a efetividade dos níveis de GC (NOGA; RIBEIRO; GERIGK, 2021). Empresas como Petrobrás, Via Varejo e Americanas, utilizam os níveis NM e N2, ou seja, muitas práticas de GC inseridas na administração, no entanto, não foram isentas das fraudes (KRAUSPENHAR; ROVER, 2020). Essas fraudes também aconteceram em partes pela deficiência do controle interno, visto que ele é um mecanismo de GC que demonstra transparência e confiança nos negócios (BAUER; COLETTI; SOUZA, 2020).

A teoria de agência é muito abordada quando se trata de GC, ela retrata uma visão única acerca dos riscos, perspectivas e possíveis problemas dentro das organizações (EISENHARDT, 2015). Jensen e Meckling (1976) afirmam que uma relação de agência trata-se de um contrato, no qual alguém emprega um indivíduo para fazer um serviço que o beneficie, abrangendo uma delegação de alguma autoridade. Ademais, o principal objetivo dessa teoria consiste na análise de conflitos e custos decorrentes da separação entre a propriedade e o controle de capital, que resultam nas assimetrias informacionais (ARRUDA; FREITAS JUNIOR; MADRUGA, 2008).

1.2 Problema e Lacuna de Pesquisa

O estudo feito por Scarinci (2021) defende que a GC pode medir a probabilidade de ocorrência das fraudes, contudo, ele não aponta uma mensuração de variáveis que podem evidenciar as causas das grandes fraudes ocorridas nas empresas. Além disso, Manvailer (2021) fala que a GC pode ajudar a entender a motivação das fraudes, porém assim como Scarinci (2021), ele não se aprofunda sobre isso. Ao explorar trabalhos recentes, constata-se que essa lacuna teórica persiste, pois, existe pouco estudo quando se fala em analisar variáveis relacionadas à GC para explicar as fraudes contábeis (MORAES; TELLES, 2022).

Gomes (2022) aponta como sugestão para pesquisas futuras a necessidade de avaliar a relação dos níveis de GC, como eles podem afetar no reconhecimento das fraudes contábeis. Perin (2020) e Meneghel (2022) ressaltam que é preciso pesquisar dados sobre essas ferramentas e órgãos de controle da GC, mas eles não fazem uma análise completa sobre essas variáveis. Portanto, pode-se inferir que há poucas pesquisas que demonstrem variáveis relacionadas a fraudes como a variação no nível de GC, o gênero dos participantes do Conselho de Administração, participação acionária antes e no momento da divulgação de fraudes, criando assim uma lacuna teórica para o presente estudo.

1.3 Pergunta de Pesquisa

Tendo em vista o crescimento da discussão acadêmica acerca da GC e fraudes contábeis e fatores que influenciam a fraude, como variáveis que ajudam a entender a incidência de fraudes contábeis em grandes empresas, torna-se pertinente compreender esse tema no contexto brasileiro. Nesse sentido, este estudo apresenta como pergunta de pesquisa:

Como as práticas de GC influenciaram as fraudes nas empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas?

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Identificar a influências de práticas de GC nas fraudes nas empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas.

1.4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do presente trabalho consistem em:

Objetivo específico 1: Analisar a influência da dualidade nas fraudes nas empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas;

Objetivo específico 2: aferir a influência da participação feminista nas fraudes nas das empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas;

Objetivo específico 3: Analisar se nível de segmento da B3 influência a fraude nas empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas;

Objetivo Específico 4: Analisar de forma estatística a correlação entre fraude e as variáveis: dualidade, participação feminina nos conselhos de administração e nível de GC.

1.5 Ângulo de Abordagem

De modo a atingir os objetivos mencionados, o presente estudo tem como abordagem teórica a Teoria da agência, os conceitos de GC e fraudes contábeis. Em relação a método, a presente pesquisa aplica as técnicas de exploração, dos relatórios anuais, publicados pelas empresas e estatística.

1.6 Hipótese de Pesquisa

A dualidade ocorre quando uma mesma pessoa ocupa os cargos de presidência da empresa (CEO) e presidente do conselho de administração (MOSER *et al.*, 2017). Sundaramurthy e Lewis (2003) afirmam que a dualidade pode trazer um reforço positivo para a organização, uma vez que influencia no alinhamento de ideias e estratégias, favorecendo a tomada de decisão na empresa. Em contrapartida, Finkelstein e D'aveni (1994) destacam que a dualidade pode transmitir uma baixa supervisão da diretoria, enquanto possui uma forte autoridade de CEO. Diante disso, com base nos estudos acima, a presente pesquisa adotou como primeira hipótese de pesquisa:

Hipótese 1: A dualidade influencia na Fraude

Segundo Prudêncio *et al.* (2021), a diretoria executiva tem como objetivo proporcionar um bom funcionamento de uma empresa, de modo a interagir com o conselho de administração, bem como a criação de estratégias. Ferrero-Ferrero *et al.* (2013) definem o conselho de administração como um órgão que possui autoridade e responsabilidade na tomada de decisão das organizações. Silva *et al.* (2021) analisaram a importância da diversidade no conselho de administração e concluíram que a presença de mulheres dentro do conselho representa um fator relevante, uma vez que é um assunto de interesse das organizações. Diante disso, de acordo com estudos anteriores, o presente trabalho adotou como segunda hipótese de pesquisa:

Hipótese 2: A participação feminina no Conselho de Administração reduz a incidência de Fraude

Said (2020), por meio de um estudo qualitativo, observou que as ameaças aos lucros dos gestores estão diretamente ligadas com as fraudes corporativas. Florêncio, Baptista e Reis (2020), também buscaram entender a relação do lucro com Governança, e concluíram que existe uma correlação positiva entre lucratividade e desempenho em empresas que possuem uma efetiva atuação dos níveis GC. Os autores Diniz e Borges (2020), desenvolveram um trabalho sobre esse assunto com foco no setor bancário, no qual constataram que a obtenção de lucros dessas instituições é mediante sistemas de administração e GC adequados. Desse modo, de acordo com estudos anteriores, o presente trabalho adotou como terceira hipótese de pesquisa.

Hipótese 3: O aumento do nível de GC influencia positivamente na fraude

1.7 Justificativa

Tendo em vista o contexto de grandes escândalos contábeis, é evidente que esses casos podem diminuir a confiabilidade dos relatórios, a partir disso, busca-se entender o impacto da GC sobre essas fraudes (JESUSKA; PEIXOTO, 2021). Dessa forma, é pertinente o estudo relacionado a fornecer informações confiáveis e transparentes, por meio da GC (CRISÓSTOMOS; FREITAS, 2021). Sendo assim, uma das justificativas para a presente pesquisa é o fato de entender como a GC atua nas empresas, ao observar os episódios ocorridos nas Petrobrás, Via Varejo e Americanas, no qual participaram de grandes fraudes no mercado de capitais.

Os relatórios financeiros se destacam na tomada de decisões, porém as fraudes que os envolvem gera uma série de desconfianças sobre a contabilidade (MARTINS; VENTURA JUNIOR, 2019). Partindo desse pressuposto, torna-se relevante uma análise da qualidade de informações contábeis associadas a variáveis como o gênero dos participantes do Conselho de Administração e o nível de GC (MARTUCHELI; FONSECA; SOUZA, 2022). Dessa forma, outro motivo para desenvolver o presente estudo é entender a relação de variáveis relacionadas com GC e a fraude, por meio de relatórios anuais.

O presente estudo sobre a GC nas organizações faz-se necessário, pois, para obter um desenvolvimento no mercado de capitais, é preciso criar ambientes de confiança e integridade (OECD, 2019). Outro fato a ser explorado, é a utilização de uma boa GC com um gerenciamento favorável das empresas (BOENTE *et al.*, 2020). Dessa forma, essa pesquisa se justifica também pela necessidade de analisar os relatórios anuais, no qual tratam diretamente de cada mecanismo utilizado pelas empresas no momento e antes da fraude.

1.8 Estrutura do Trabalho

O presente estudo é estruturado em 5 capítulos. O primeiro capítulo é constituído acerca da perspectiva da contextualização do estudo. Ademais, evidenciam-se o problema e a lacuna de pesquisa, os objetivos que se planeja alcançar, as justificativas que denotam a importância do estudo e o que se espera da pesquisa, isto é, suas hipóteses e proposições.

O segundo capítulo trata-se do Referencial Teórico, que tem como fundamento pesquisas prévias e de valor teórico, que visem identificar as variáveis que ajudem a identificar a causa de distorções relevantes da demonstração financeira e estão relacionadas a GC nas

empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas e analisar a relação entre o nível de GC e a lucratividade em empresas do setor financeiro da B3.

O capítulo 3 enuncia os aspectos metodológicos da pesquisa, apresenta as empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas listadas na B3, apresenta o método da coleta de dados e como foi feita a análise dos resultados.

O capítulo 4 descreve os resultados obtidos na pesquisa, por meio da análise das empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas, no qual possuem históricos de publicação de distorções contábeis e sua relação com os mecanismos de GC. As considerações finais, com os principais resultados obtidos e a lista de referência utilizada para a elaboração deste estudo, estão destacados no capítulo 5.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da agência

A teoria da agência fundamenta-se por meio da ideia de uma relação conflituosa entre objetivos das partes que compõem um conjunto de contratos (LACRUZ,2020). Essa teoria refere-se a uma relação entre o principal, que contrata alguém e o agente,que é contratado, ambos com a finalidade de benefício mútuo (JENSEN; MECKLING, 1976).Com isso, pode-se evidenciar incompatibilidades entre o principal e o agente, visto que cada um possui um cargo específico, bem como objetivos diferentes (CORREIA; AMARAL, 2008).

A principal base da teoria da agência se concentra em evitar a maximização de uma função de utilidade que não seja específica para o principal ou o agente, visto que quando isso ocorre, é considerado problema de agência (JENSEN; MECKLING, 1976). De acordo com Fama e Jensen (1983), os contratos são considerados uma parte da tomada de decisão, sendo divididos em partes: iniciação e implementação, com foco em gerenciamento da decisão e a ratificação e o monitoramento, no gerenciamento de controle. Jensen e Meckling (1995) defendem o conhecimento como principal aliado nas tomadas de decisões, destacando que é proveitoso correlacionar autoridade de decisão e conhecimento específico relevante.

Segundo Eisenhardt (1989), na teoria da agência, no que se refere-se ao contrato entre o principal e o agente, os dois agem seguindo uma linha de raciocínio e são motivados por seus próprios interesses, utilizando uma organização eficiente. Frezatti *et al* (2009), destacam que a teoria da agência envolve questões a respeito dos custos de agência, conflitos de gerenciamento e assimetria informacional. Além disso, Andrade e Rossetti (2004)ressaltam uma dificuldade em evitar os conflitos de agência, uma vez que não existe contrato completo, como também não existe agente perfeito, o que pode dar margem para assimetrias entre os gestores e os acionistas.

2.2 GC e Fraudes contábeis

A GC surgiu como uma forma de proteger os interesses coletivos e evitar conflitos de agência (SILVA *et al.*, 2011; CARPES; CUNHA, 2018). Devido ao seu impacto nas organizações, a aplicação de práticas de GC em empresas de capital aberto aumentou significativamente nos últimos anos, tornando-se obrigatórias (SANTOS, 2021). Com isso, percebe-se que a implementação dessas práticas pode ser positiva, pois contribui com a redução

das divergências e com o desempenho das instituições (ALMEIDA et al., 2017; ANTOUNIAN,2021; HERMUNINGSIH, KUSUMA; CAHYARIFIDA, 2020).

As principais finalidades de GC são o respeito a questões relacionadas à ética, transparência e o poder de administrar as tomadas de decisão dentro das organizações, considerando boas práticas de gestão (ECKERT, et al., 2022). Além disso, estabelecer confiança entre os acionistas nas empresas, a partir da criação de conjuntos de mecanismos que servem como incentivo e monitoramento, também se configura como um dos objetivos estipulados pela GC (ALENCASTRO; ALVES, 2017). Torna-se evidente o intuito da GC de melhorar a atuação das empresas, considerando as necessidades de longo prazo dos acionistas e partes interessadas da melhor maneira possível (CHRIS; THEODOROS; VASILIOS, 2014; JASWADI; IQBAL; SUMIADJI, 2015; STRANGE, 2018).

As fraudes contábeis, segundo Borges *et al.* (2019), são condutas humanas que buscam obter vantagens indevidas e são cometidas por meio de um planejamento. Ou seja, a fraude é um ato cujo objetivo é prejudicar determinada pessoa ou organização, diferente dos erros contábeis que não são planejados (JASWADI, 2013). No âmbito corporativo, a manipulação de informações, falsificação e apropriação de ativo das informações contábeis é recorrente (MURCIA; BORBA; SCHIEHLL, 2008).

A fraude corporativa pode ser definida como a prática de um ato ilícito pela alta gestão (COSTA; WOOD JUNIOR, 2012). Os administradores que efetuam esse desvio, buscam benefícios não só para si, mas primordialmente para a corporação, o que é chamado como “Crime do Colarinho Branco” (LEVI, 2008). Segundo Silva Filho (2019), essa categoria de fraude visa privilegiar a instituição, ao demonstrar aos seus colaboradores apenas vantagens e não mostrar suas perdas.

Na conduta fraudulenta exercida em benefício próprio, o indivíduo busca lucros a seu favor, não mais à organização, e é feita por meio de apropriação de ativos e manipulação dos relatórios (ACFE, 2014). Essa apropriação de ativos de uma organização pode ser feita de diversas formas, não apenas com a falsificação dos relatórios contábeis, mas também por meio de roubos materiais (GUPTA; GUPTA, 2015). A fraude em benefício próprio, assim como na fraude corporativa, é uma tentativa de iludir seus usuários (REZAE, 2005).

2.3 Conselho de Administração e Diretoria Executiva (Dualidade)

De acordo com Jensen (1993), um dos mecanismos mais importantes de controle interno dentro de uma organização é o Conselho de Administração, principalmente para companhias de capital aberto, que tem suas ações negociadas na B3. O Conselho de Administração é uma ferramenta de GC, que surge como forma de combater os conflitos de agência, visto que ele possibilita a criação de procedimentos internos e externos que busque os interesses da organização e segurança (CUNHA; MARTINS, 2007). Dessa forma, o Conselho de Administração tem a função de eleger o presidente da Diretoria Executiva (CEO), monitorar e avaliar a equipe que administra a organização (MARTINS; VIEIRA, 2018).

Para que o Conselho de Administração seja organizado da melhor forma possível é necessário que haja um período de duração no mandato dos membros, por isso é indicado que a cada 5 anos seja feita uma nova eleição e os membros podem se candidatar à reeleição (ESTEVES, 2017). O Conselho de Administração é um órgão que tem como objetivo tomar decisões em nome dos proprietários, visto que para que uma empresa se organize é necessário atribuições de funções e cargos, nas empresas de capital aberto essa separação é mais acentuada (ANDRADE *et al*, 2009).

A diretoria executiva corresponde a todo o procedimento de execução da organização, de forma que todos os seus atos obtenham a aprovação do conselho de administração (SOUZA, 2016). Além disso, a diretoria executiva tem como obrigação a garantia de informações transparentes para os demais interessados, incluindo as que correspondem ao exercício da empresa (IBGC, 2015). Por fim, a diretoria executiva também tem como função o alinhamento de interesses, incluindo os seus próprios com os dos acionistas, reduzindo os custos de agência (FIORINI, 2016).

2.4 Participação Feminina no Conselho de Administração

A discriminação quanto ao gênero feminino pode ser observada ainda nas entidades, apesar de que homens e mulheres ocupem cargos semelhantes em vários níveis hierárquicos (FILIPPIM; TESTON, 2016). Dessa forma, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 112 de 2010, de auditoria da senadora Maria do Carmo Alves, entrou em vigor com o intuito de efetivar a presença feminina nas organizações, estabelecendo um percentual mínimo de 40% de ocupação de mulheres nas vagas do conselho de administração (BRASIL, 2010). No entanto, mesmo que

haja um progresso considerável, pode-se observar que a presença de mulheres dentro dos conselhos de administração ainda é classificada como minoritária (GROSVOLD, 2011).

Segundo Carpenter (2004), existem alguns fatores que influenciam diretamente nas direções tomadas pelas organizações, entre eles estão a diversidade nas equipes de trabalho, como a presença de mulheres. A diversidade sendo praticada dentro das organizações, pode ser considerada uma procura por vantagens competitivas, uma vez que estimula a criatividade e a inovação (COX; BLAKE, 1991). Dessa forma, a participação feminina é considerada uma característica relevante nas entidades, pois contribui com os avanços da GC e do desempenho organizacional (SOUZA, 2023).

O conselho de administração é considerado um dos principais órgãos de GC, pois influencia diretamente nas decisões dos executivos das entidades, logo, espera-se que seja composto por profissionais eficientes (NASCIMENTO *et al.*, 2021). No cenário organizacional, algumas entidades têm se empenhado para aumentar a participação feminina nos cargos da alta gestão, como a XP Inc. e a Cartica Management (FERNANDES; MACHADO, 2023). Isso se dá devido ao fato da diversidade no conselho de administração ser um tema relevante em todo o mundo, uma vez que empresas com conselhos diversos, tendem a obter perspectivas mais vastas (BAKER *et al.*, 2020).

Cappelle *et al.* (2004) defende que a participação feminina no conselho de administração remete a comportamentos organizacionais mais sociáveis e atenciosos em relação aos demais, o que torna o trabalho mais efetivo. Dessa forma, pode-se perceber que mulheres ocupando cargos diretivos influenciam no aprimoramento e na reputação das instituições (SILVA, 2023). Catalyst (2015) reforça a ideia de que mulheres em cargos de direções corporativas ampliam a fluidez dos recursos humanos, colaborando com um melhor desempenho financeiro.

2.5 Modelo Correlação de Pearson

O Coeficiente de Correlação de Pearson tem como objetivo atingir o grau de correlação linear entre duas variáveis, a fim de identificar o tipo de correlação entre elas, se positiva ou negativa (MIRANDA, 2022). Esse coeficiente consiste em um número entre -1 e 1, que quando é negativa indica que uma variável diminui com o aumento da outra, e positiva quando uma variável aumenta com o aumento da outra (JOHNSON; WICHERN, 2007). A correlação corresponde à uma identificação do relacionamento entre duas variáveis, ou seja, como os valores de uma variável estão relacionados com os de outra (CABRAL, 2009).

Em suma, o Coeficiente de Correlação de Pearson auxilia na mensuração da força, intensidade ou o grau de relação linear entre variáveis (CARGNELUTTI FILHO *et al.*, 2011). A obtenção deste coeficiente pode ser feita manualmente ou por meio da utilização de programas computacionais de estatística ou de planilhas eletrônicas, como o *Microsoft Excel* (GUERRERO, 2019). Ele não é indicado em algumas situações, como no caso de as variáveis estarem sendo medidas em escala ordinal ou quando os dados não apresentarem associação linear (CARRIJO, 2016).

Figura 1 - Fórmula do Coeficiente de Pearson

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Fonte: Karl Pearson (1857-1936)

2.6 Pesquisas anteriores

Para debater sobre o tema GC e fraudes contábeis, se faz necessário um referencial teórico elaborado a partir de estudos anteriores semelhantes à presente pesquisa. A realização de uma revisão da literatura permitiu identificar onze trabalhos semelhantes à presente pesquisa (BARROS, 2019; ANDRADE; BORGES, 2019; CASTRO, 2021; FORESTO, 2015; GUIMARÃES, 2013; KASHIO, 2007; KLAMAS, 2021; KRAUSPENHAR; ROVER, 2020; MEIRINHO, 2016, COSTA; WOOD, 2012, OLIVEIRA; SOARES, 2018).

Meirinho (2016) verificou as falhas de GC que contribuem para a ocorrência de fraudes financeiras em 5 empresas de capital aberto. Concluiu que atitudes oportunistas estão sempre presentes nas organizações, mas que as práticas de GC utilizadas da maneira correta, podem servir de suporte. Klamas (2016) reforça essa ideia por meio de sua pesquisa sobre o caso de Pasadena à luz das práticas de GC, no qual identificou que a eficácia da GC está conectada à implementação de seu uso de forma precisa. Foresto (2015) analisou a relação entre a GC e as fraudes contábeis e identificou que essas práticas não são suficientes para qualidade das informações e prevenção das fraudes. Conforme o autor, não há diferença significativa no valor de mercado de cada empresa que adota diferentes níveis de GC.

Kashio (2007) sugere em seus estudos que a atuação do Conselho de Administração na GC pode ser aliada para a eficiência desse sistema e conclui que esse órgão é um dos principais

mecanismos de GC, ao motivar os investidores por meio da confiança. Barros (2019) corrobora com essa informação, pois a partir de sua análise sobre o combate à corrupção e suas relações com os níveis de GC, ele entendeu que a falta do Conselho de Administração pode gerar ocasiões de divergência, reduzindo seus resultados positivos. Nascimento *et al.* (2013) investigaram as práticas de GC dos conselhos de administração divulgadas pelas companhias listadas no Novo Mercado da BM & Bovespa e constataram que as práticas de GC dos conselhos de administração dessas empresas atingiram um nível médio mediante ao que é recomendado pelo IBGC.

Pereira e Nascimento (2005) realizaram um estudo sobre a atuação da auditoria interna na detecção de fraudes nas empresas do setor privado no estado de São Paulo e constataram que a auditoria interna pode auxiliar no sucesso dos negócios e no combate às fraudes. Em concordância, Guimarães (2013) verificou os procedimentos feitos pela auditoria para detecção das fraudes, e por meio de uma pesquisa documental realizou um estudo de caso. Foi constatado que não existe um padrão para cada procedimento, mas ela pode ser uma ferramenta de diminuição das fraudes. Castro (2021) pesquisou como a auditoria interna pode ajudar no processo de prevenção às fraudes e ao fazer uma investigação documental, constatou haver uma relação negativa entre a auditoria interna e o acontecimento de fraudes.

Borges e Andrade (2019) investigaram a opinião de especialistas sobre quais variáveis estão associadas ao risco de fraudes contábeis em instituições bancárias. Concluíram que essas variáveis estão interligadas às características do setor bancário, como baixa liquidez e pressão em excesso. Dantas, Farias Júnior e Machado (2020) também fizeram um estudo de caso voltado a instituições bancárias. O resultado foi que não identificaram uma correlação positiva expressiva entre a ocorrência de fraudes corporativas e a administração dos resultados. Oliveira e Soares (2018) estudaram o controle interno e seu gerenciamento dos resultados de um banco em Goiás. Os resultados revelaram que o controle interno é um dos principais responsáveis pela eficácia do gerenciamento de riscos nesse tipo de organização.

Os autores Krauspenhar e Rover (2020) analisaram a fraude ocorrida na empresa Via Varejo S.A em 2019, por meio de um estudo de caso. Constataram que depois da ocorrência de fraudes, as empresas começam a implementar as práticas de GC de maneira mais eficiente e tendem a ter maiores retornos nas suas ações. Wood e Costa (2012) estudaram o caso de fraude corporativa na empresa Boi Gordo, a pesquisa buscou entender o processo de ocorrência da fraude. Foi identificado que a manipulação das informações contábeis acontecia por um longo

período, mediante pequenas ações diariamente. Moura (2007) fez um estudo múltiplos casos das empresas Gallus, Encol e Banco Santos. Os autores constataram que a omissão de informações dificulta o reconhecimento da fraude contábil.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com objetivo de conduzir a presente pesquisa, foi desenvolvido um estudo que busca analisar variáveis independentes relacionadas ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva, que podem interferir na fraude contábil e uma estatística bivariada utilizando o modelo correlação de Pearson.

3.1 Unidade de Análise, População e Amostra

A unidade de análise deste estudo consiste em 3 empresas: Petrobrás, Via Varejo Americanas, que enfrentaram fraudes contábeis nos últimos anos e divulgaram relatórios anuais com informações acerca do nome do presidente da Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a fim de verificar a existência da dualidade de funções. Além disso, foi verificado a participação feminina no Conselho de Administração, variação no nível de GC em um intervalo de tempo de 5 anos antes da divulgação das distorções contábeis. Ao final foi feita uma análise estatística para analisar a correlação dessas três variáveis com as fraudes ocorridas nas empresas.

A Petrobrás foi fundada no ano de 1953, como uma empresa estatal brasileira. Em 1997, tornou-se uma petrolífera de economia mista, que possui capital aberto, dedicada ao segmento de exploração, produção de petróleo e energia. Em 2014, a empresa foi protagonista de um grande escândalo contábil do país, no qual deu início a operação Lava Jato, que investigou a rede de corrupção e pagamento de propina na Petrobras.

A Via Varejo foi fundada em 2010, formada pela união de empresas como Casas Bahia, Ponto Frio, Extra e outras. É uma companhia de capital aberto, do segmento de varejo, com suas ações negociadas na Bolsa de Valores do Brasil. Em 2019, começou uma investigação de um esquema de fraudes contábeis nessa companhia. Os relatórios sem transparência e a sua corrupção contribuíram para diminuição do valor de mercado dessa instituição.

A Lojas Americanas foi fundada em 1929, é uma companhia de capital aberto, do segmento de varejo, com suas ações negociadas no mercado de capitais no Brasil. Em 2021, a companhia juntou-se com a empresa de comércio eletrônico B2W e assim surgiu a Americanas

S.A, que inclui tanto o mercado físico como o virtual. No início de 2023 foi divulgado um dos maiores escândalos contábeis do Brasil e a empresa foi vítima de um declínio considerável no valor de suas ações.

3.2 Coleta de Dados

Para coletar dados foi analisada a dualidade, gênero, nível de GC nas empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas, por meio dos relatórios anuais divulgados por cada uma delas, 5 anos antes da publicação das suas respectivas fraudes. Além disso, foi utilizado também o modelo de correlação de Pearson, que visa mensurar estatisticamente a influências desses fatores na fraude

Dessa maneira, o intervalo de tempo analisado para verificar essas variáveis será entre os anos de 2014 a 2010 para a Petrobrás, 2019 a 2015 para a Via Varejo e 2021 a 2017 para a Americanas, ou seja, uma análise horizontal. Ao fazer esse confronto de informações, espera-se entender como essas variáveis se comportaram durante os 5 anos antes da fraude e se elas têm uma correlação.

Tabela 1 - Instituições foco da pesquisa, designação dos relatórios utilizados, nível de GC e o ano dos relatórios analisados.

Instituições focada pesquisa	Designação do relatório utilizado	Nível de GC	Ano do Relatório analisado
Petrobrás	Relatório Anual	N2	2014 a 2010
Via Varejo		NM	2019 a 2015
Americanas		NM	2021 a 2017

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Essas variáveis foram escolhidas pois são fundamentadas a partir das práticas de governança corporativa empregadas nas empresas. As práticas publicadas pelo IBGC estão relacionadas aos sócios, Conselho de Administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e conduta e conflito de interesses. Dessa forma, visam contribuir com a administração de uma entidade ao minimizar conflitos de interesse dentro da organização. Para a presente pesquisa foi selecionado variáveis relacionadas a diretoria e Conselho de Administração.

3.3 Análise dos Resultados

Esse estudo se trata de um levantamento mediante análise documental dos relatórios anuais divulgados por cada empresa. As informações obtidas por meio de tal análise permitirá entender a influência dessas variáveis para evitar fraudes contábeis nas empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas. Para verificar como foi o comportamento de alguns fatores relacionados à GC 5 anos antes da publicação, cada fraude, serão analisados os relatórios anuais das empresas e delimitadas cada uma dessas variáveis, depois será feito uma comparação entre elas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Os resultados foram obtidos através dos relatórios anuais das empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas. O levantamento foi feito por meio de leitura, análise das informações e tabulação dos dados. A primeira variável analisada foi a dualidade, ou seja, foi verificado se o nome do presidente do Conselho de Administração (CA) era o mesmo que o do presidente da diretoria executiva da empresa (CEO), isto é, se havia acúmulo de cargos nessa função. Depois foi verificado a participação feminina no CA, os relatórios mostram de forma precisa o nome e a quantidade de mulheres nesse órgão da estrutura de GC. O nível de GC se refere à quantidade de práticas inseridas em cada entidade e na presente pesquisa foi identificado a variação do nível de GC no intervalo de 5 anos antes da publicação de fraudes contábeis nas três empresas utilizadas na amostra. Depois disso foi utilizado o modelo Pearson para identificar a correlação dessas variáveis com as fraudes ocorridas nas empresas.

4.1.1 Variável Dualidade

Na estrutura de GC de uma empresa, o CEO não pode ser presidente do CA, é vedado o acúmulo de cargos nessas funções, e isso é aplicável a todas as empresas (COIMBRA, 2011). O CA é quem escolhe o CEO de uma empresa, isso acontece como uma forma de garantir segurança à organização (SILVEIRA, 2003). No entanto, apenas em 2021 a Lei Federal 14.195/21, a “lei do ambiente de negócios” regulamentou a proibição de acumulação dos cargos de Presidente do CA e CEO das companhias abertas. Apesar da lei ser de 2021, os relatórios anuais publicados pelas empresas já enfatizavam que essa dualidade não poderia existir e já adotavam práticas que contribuem para prevenir o acúmulo de cargos e conflitos de interesse.

Na presente pesquisa foi analisado se havia essa dualidade, ou seja, se o CEO era a mesma pessoa que o presidente do CA. Realizou-se uma busca pelo nome de cada um dos CEOs nos 5 anos de análise, antes da publicação de possíveis fraudes contábeis. Após reunida essa informação foi feito um confronto desses dados com o nome do presidente do CA. Conforme as Tabela 2, Tabela 3 e Tabela 3.

Tabela 2 - Nomes de presidentes do CA, da Diretoria Executiva (CEO) e a Dualidade da empresa Petrobrás.

Petrobrás			
Ano	Nome do Presidente do CA	Nome do CEO	Dualidade
2014	Murilo Pinto de Oliveira	Aldemir Bendine	Não
2013	Guido Mantega	Maria das Graças Silva Foster	Não
2012	Guido Mantega	Maria das Graças Silva Foster	Não
2011	Guido Mantega	José Sergio Cabrielli de Azevedo	Não
2010	Guido Mantega	José Sergio Cabrielli de Azevedo	Não

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Tabela 3 - Nomes de presidentes do CA, da Diretoria Executiva (CEO) e a Dualidade da empresa Via Varejo.

Via Varejo			
Ano	Nome do Presidente do CA	Nome do CEO	Dualidade
2019	Michael Klein	Roberto Fulcherberguer	Não
2018	Ronaldo Iabrudi	Peter Paul Lorenço Estermann	Não
2017	Ronaldo Iabrudi	Peter Paul Lorenço Estermann	Não
2016	Ronaldo Iabrudi	Peter Paul Lorenço Estermann	Não
2015	Jean-Charles Naouri	Ronaldo Iabrudi	Não

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Tabela 4 - Nomes de presidentes do CA, da Diretoria Executiva (CEO) e a Dualidade da empresa Americanas.

Americanas			
Ano	Nome do Presidente do CA	Nome do CEO	Dualidade
2021	Eduardo Saggioro Garcia	Miguel Gomes Pereira Gutierrez	Não
2020	Anna Christina Ramos Saicali	Miguel Gomes Pereira Gutierrez	Não
2019	Anna Christina Ramos Saicali	Marcio Cruz Meirelles	Não
2018	Anna Christina Ramos Saicali	Marcio Cruz Meirelles	Não
2017	Anna Christina Ramos Saicali	Marcio Cruz Meirelles	Não

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Ao analisar os dados da tabela acima foram identificados alguns fatores relevantes. Os resultados apontam que nas três empresas o CEO não é a mesma pessoa que o presidente do CA, logo, não houve dualidade. Dessa forma, é perceptível que as empresas respeitam essa regra com o intuito de evitar possíveis conflitos, por isso não pode ser considerado um alerta sobre a fraude que aconteceu.

O CA é composto por membros independentes e dependentes, deve ter no mínimo 3 membros, que são eleitos pela Assembleia Geral. O mandato do presidente do CA é definido pela empresa e todos têm capacidade de reeleição (ROCHA, 2014). Para as empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas o tempo de mandato apresentado nos relatórios era de 1, 2 e 2 anos respectivamente. Na Petrobrás o presidente do CA foi reeleito 4 vezes nos anos de 2013, 2012, 2011 e 2010. Na Via Varejo, o presidente foi reeleito 2 vezes, mas só ficou no cargo por 3 anos. Além disso, a presidente do CA da Americanas foi eleita pela Assembleia Geral 2 vezes, nesse período, ou seja, teve um mandato de anos. A Tabela 5 demonstra o tempo de pesquisa e a duração do mandato de cada empresa.

Tabela 5 - Tempo de Mandato dos Membros do Conselho de Administração

Mandato dos Membros do Conselho de Administração					
Petrobrás		Via Varejo		Americanas	
Intervalo de Tempo	Duração do Mandato	Intervalo de Tempo	Duração do Mandato	Intervalo de Tempo	Duração do Mandato
2010-2014	1 ano	2015-2019	2 anos	2017-2021	2 anos

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Apesar da função de presidente do CA e da Diretoria Executiva ser proibida, o CEO pode participar do CA como membro. Todavia, a empresa precisa ter membros independentes dentro do conselho e o CEO não pode participar desse grupo, pois ele já tem um cargo na Diretoria Executiva. Dessa forma, ele deve fazer parte dos membros dependentes do CA. A Tabela 6 e Tabela 7 demonstram os anos, as empresas e os CEOs que além do cargo de presidente da Diretoria Executiva, participavam do conselho como membros.

Tabela 6 - Membros do Conselho de Administração que possuem um Cargo na Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Empresa Petrobrás

Petrobrás	
Ano	Nome de quem ocupava cargos no CA e na DE no mesmo tempo
2014	Aldemir Bendine
2013	Maria das Graças Silva Foster
2012	Maria das Graças Silva Foster

2011	José Sergio Gabrielli de Azevedo
------	----------------------------------

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Tabela 7 - Membros do Conselho de Administração que possuem um Cargo na Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Via Varejo

Via Varejo	
Ano	Nome de quem ocupava cargos no CA e na DE no mesmo tempo
2019	Roberto Fulcherberguer
2018	Peter Paul Lorenço Estermann

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Diante dos dados apresentados nas tabelas é possível perceber que apenas as empresas Petrobrás e Via Varejo tinham o CEO como membro do CA. Na Petrobrás foi identificado esse fato em 4 anos consecutivos em 2014, 2013, 2012 e 2011, com uma exceção apenas em 2010. Já na Via Varejo esse tipo de participação foi menor apenas em 2018, já que em 2019 não foram encontrados resultados sobre o nome dos membros do CA no relatório anual. Na Americanas nenhum dos CEOs tinham nenhuma outra função além de presidente da Diretoria Executiva.

4.1.2 Participação Feminina no Conselho de Administração

A participação feminina no CA e na Diretoria Executiva de uma empresa é necessária para atribuir valor de mercado à organização e contribuir com o desempenho. Com as fraudes contábeis ocorridas nas empresas Enron e Worldcom o debate desse assunto aumentou, pois a estrutura dessas organizações era majoritariamente composta por homens em cargos de liderança (MARTINS; RODRIGUES, 2005).

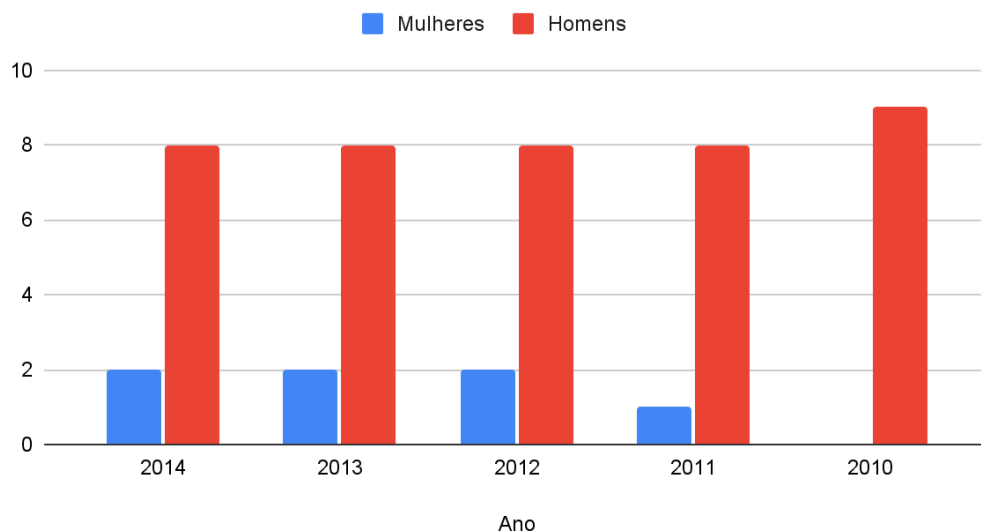
Dessa forma, foi feita uma análise para entender a participação feminina em órgãos da estrutura de GC. Os resultados apontaram que na empresa Petrobrás a participação feminina é muito baixa quando se compara com a participação masculina no CA, mesmo que a população brasileira seja composta por mais mulheres do que homens segundo o censo demográfico de 2022. Nos 5 anos estudados pela presente pesquisa somente 2014 e 2010 não havia nenhuma mulher como membro do CA. No entanto, o relatório anual publicado pela Petrobrás em 2014 afirmava que o CA possuía como membros duas mulheres e oito homens, ou seja, dez membros. De fato os 10 membros estão presentes na lista com os nomes do CA, mas na lista não aparece

nenhuma mulher, ou seja o relatório torna confusa essa informação. Mas foi considerado os nomes dos componentes do CA presentes em cada relatório.

Em 2013 e 2012 foi verificado que haviam duas mulheres como membros do CA, esse dois anos foram os com as maiores participações femininas no CA da petrobrás, totalizandoum percentual de 20% de mulheres e 80% de homens. Em 2011, o CA tinha uma mulher apenas oito homens, ou seja, as mulheres eram apenas 11,11% dessa população. As mulheres também ocuparam cargos de presidente do CA, fato importante, mas sempre com participação inferior com apenas 2 anos consecutivos 2013 e 2012, enquanto os homens ocuparam esse cargo por 3 anos, 2014, 2011 e 2010.

Assim, esse fato é importante, pois o cargo de presidente do Conselho de Administração não foi ocupado somente por homens nesse período de 5 anos, a participação das mulheres era baixa, mas existia nos anos de 2013, 2012 e 2011. Essa variável de participação feminina é importante para que se faça uma comparação e entender se realmente ela afeta na minimização de fraudes. Na imagem do gráfico abaixo é possível perceber a desigualdade de gênero na distribuição dos cargos para o Conselho de Administração da Petrobrás.

Gráfico 1 - Participação Feminina na Empresa Petrobrás entre os anos de 2010 a 2014
Petrobrás

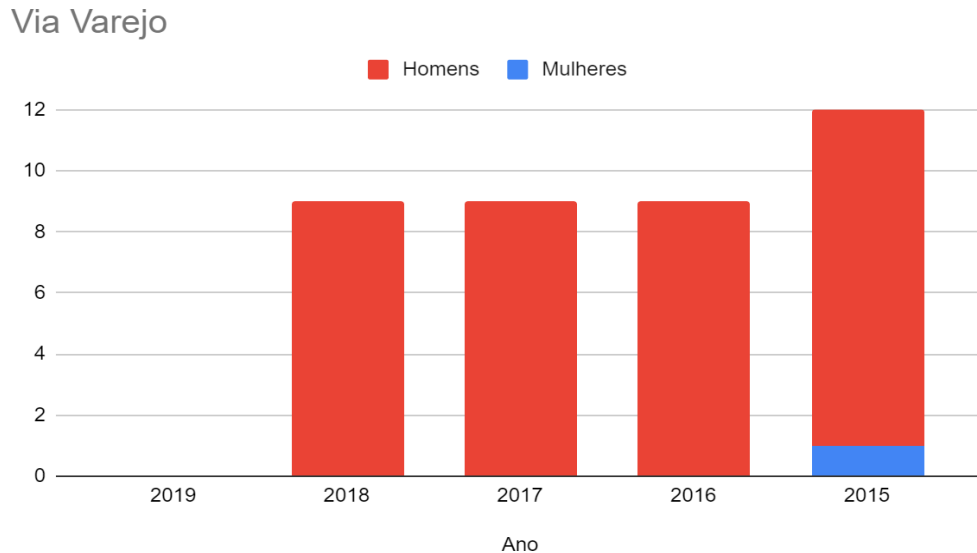


Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A Via Varejo em 2019, ano da publicação de distorções nas demonstrações financeiras, a presidência do CA não era composta por mulheres, e em relação aos membros do CA, não foram apresentadas informações nos relatórios. Dessa forma, isso se repetiu em 4 anos consecutivos antes da fraude. Além de 2019 os anos de 2018, 2017, 2016 também não

apresentaram nenhuma mulher em cargos de liderança e nem como membros do CA. Apenas em 2015 que a Via Varejo demonstrou preocupação com a distribuição dos cargos de maneira que a figura feminina fizesse parte, com um percentual de 9%, com uma mulher e 10 homens apesar de pouco, foi o único ano nesse intervalo de tempo que tinham mulheres no conselho.

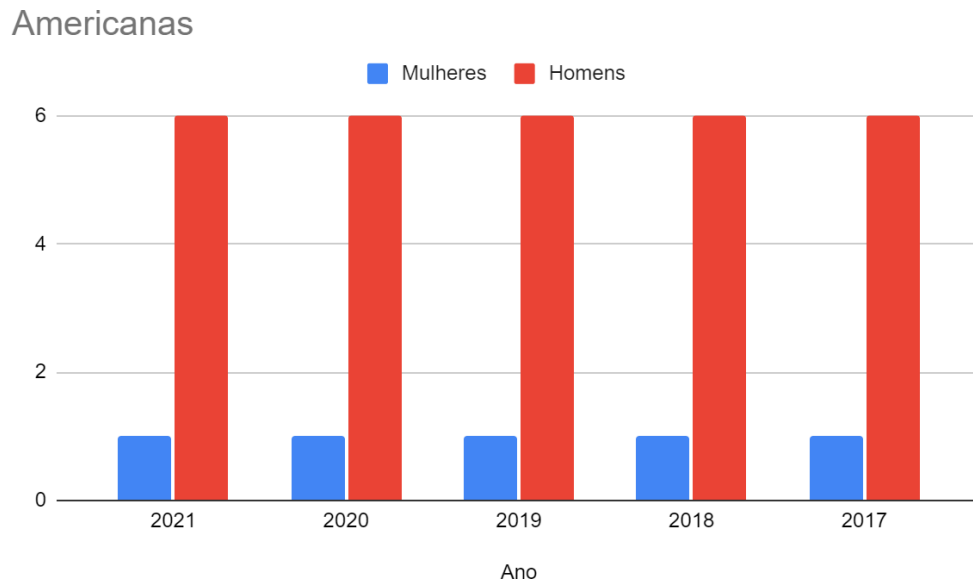
Gráfico 2 - Participação Feminina na Empresa Via Varejo entre os anos de 2015 a 2019



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Na empresa Americanas também foi analisada essa variável e foi identificado que em todos os anos da pesquisa que foram 2021, 2020, 2019, 2018 e 2017 existia uma mulher participando como membro do CA de maneira contínua. No entanto, era uma mulher a cada seis homens, ou seja, em torno de 14%, um número bem desigual em relação à participação masculina que era em média 86%. Um fato importante é que nas Americanas uma mulher chegou ao cargo de presidente do CA, isso aconteceu em dois anos, 2019 e 2017. Apesar do avanço da sociedade, atualmente a mulher ainda possui pouca participação no CA. Com isso, percebe-se a necessidade de inserir mais mulheres em altos cargos da estrutura de GC das empresas analisadas. O gráfico mostra a quantidade de mulheres em relação aos homens como membros do CA da Americanas:

Gráfico 3 - Participação Feminina na Empresa Americanas entre os anos de 2017 a 2021



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

De maneira geral, a empresa que mais teve participação feminina foi a Petrobrás e Americanas com 2 mulheres participando do CA em anos diferentes. A empresa Americanas se manteve constante na participação feminina no CA, em todos os anos a companhia tinha uma mulher, foi a única empresa que entre os cinco anos de análise, teve a mulher como presidente do CA quatro vezes. A Petrobrás foi uma empresa com o mesmo número de mulheres no CA que a Americanas, no entanto, em nenhum dos anos a figura feminina participou como presidente do CA. Em relação a Via Varejo foi a instituição que menos demonstrou interesse na participação feminina no CA, a única mulher que participou foi apenas como membro.

4.1.3 Variação nos Níveis de GC

Os níveis de GC de uma organização definem sua estrutura e a quantidade de práticas de GC adotadas, dessa maneira identificar o nível de GC das empresas antes da fraude, possibilita entender o real efeito deste indicador nas fraudes contábeis. Estudar e analisar esse indicador é viável, pois os relatórios anuais demonstram de forma precisa o nível que cada empresa estava inserida. Diante disso, essa análise foi feita por meio da leitura dos relatórios e foi identificado que as empresas possuíam os seguintes níveis segundo a tabela a seguir:

Tabela 8 - Variação no Nível de GC em 5 anos das Empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas.

Empresa	Ano	Nível de GC
Petrobrás	2014	N1
	2013	N1
	2012	N1
	2011	N1
	2010	N1
Americanas	2021	NM
	2020	NM
	2019	NM
	2018	NM
	2017	NM
Via Varejo	2019	NM
	2018	NM
	2017	N2
	2016	N2
	2015	N1

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Os resultados apontaram que a Petrobrás foi a empresa que menos obteve práticas de GC adotadas, visto que a empresa participava do nível 1 de GC o mais baixo da Bovespa, de maneira teórica era a empresa que estava mais exposta a fraudes contábeis. Entretanto, a empresa Americanas está no nível mais alto de GC da B3, o NM, mas mesmo assim não foi isenta da fraude. Via Varejo foi a única companhia que passou pelos três níveis de GC nesse intervalo de tempo, 2015 participava do N1, 2016 e 2017 N2 e 2018 e 2019 houve a transição para o NM.

De maneira geral, não é possível afirmar de acordo com os dados apresentados pela Petrobrás, Via Varejo e Americanas de forma efetiva que o nível de GC que a empresa está inserida foi um dos fatores mais relevantes para o acontecimento da fraude. No entanto, é de conhecimento geral que estar em um nível mais baixo de GC contribui com uma maior exposição ao risco.

4.2 Estatística Bivariada

Para a estatística bivariada foi utilizado o modelo de correlação de Pearson que busca testar a relação entre duas variáveis. Nesta presente pesquisa as variáveis testadas foram: Fraude e Dualidade; Fraude e Participação Feminina no CA; Fraude e Nível de GC. Desse modo, buscou-se identificar a correlação desses fatores relacionados à GC com a fraude contábil.

4.3 Correlação de Pearson

Para fazer essa análise foi elaborada uma tabela com o nome das empresas, o período de pesquisa, quando ocorreu fraude, a presença de dualidade, a participação feminina no CA e a variação no nível de GC durante o intervalo de tempo da pesquisa. Para identificar a ocorrência de fraudes de forma numérica foi utilizado o 0, para demonstrar que não houve fraude naquele ano e o 1, para o ano da publicação da fraude. Em relação a dualidade foi feita a mesma coisa, 0, para quando não havia dualidade de funções do presidente no CA e 1, para quando havia a dualidade. Já para a participação feminina, foi identificado na tabela a porcentagem de mulheres em cada ano. Em relação ao nível de GC foi classificado 0, para as empresas do N1 e 1, para as empresas do N2 e NM. Dessa maneira, foi feita a comparação entre a fraude e as outras três variáveis das empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas.

O cálculo dessa variável foi feito por meio do *software* Excel, selecionando a fórmula de Pearson. Além disso, para interpretar os valores encontrados nessa análise, utilizou-se uma escala, de 1 a -1. No qual 1, significa que há uma correlação alta entre as duas variáveis estudadas, ou seja, elas se movimentam juntas, caso uma aumente a outra também aumentará. Ademais, caso os resultados apontados fossem 0, significa que não há uma associação entre as variáveis. E por fim, -1, representa uma correlação negativa, são variáveis inversamente proporcionais. A tabela a seguir demonstra melhor o que cada valor representa nessa escala:

Tabela 9 – Escala

Pearson

Valor do Coeficiente de Pearson	Tipo de Correlação
± 0.9 a ± 1	Muito forte
± 0.7 a ± 0.89	Forte
± 0.4 a ± 0.69	Moderada
± 0.2 a ± 0.39	Fraca
± 0.00 a ± 0.19	Desprezível ou nula.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O resultado da comparação entre a fraude e a dualidade, a partir do cálculo da fórmula Pearson foi de 0,4803844614, percebe-se assim que essas duas variáveis possuem uma correlação moderada, ou seja, a dualidade é um potencializador da fraude, mas não é o principal motivo. Em relação a fraude e participação feminina nas três empresas foi encontrado o valor de Pearson -0,5133585138 isso significa que a relação entre essas variáveis também é moderada. O resultado da análise entre a fraude e o nível de GC foi -0,080640769, ou seja uma correlação bem baixa, dessa forma, é perceptível que o nível de GC é a variável que menos influenciou na fraude. O cálculo foi feito com as informações das três empresas juntas nos cinco anos de pesquisa.

5 CONCLUSÃO

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, o objetivo de identificar a influências de práticas de GC nas fraudes nas empresas Petrobrás, Via Varejo e Americanas foi concluído, por meio de análise minuciosa dos relatórios anuais de cada empresa e cálculo estatístico das variáveis selecionadas. As variáveis selecionadas estão diretamente associadas às práticas de GC, foram elas o acúmulo de funções dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, Participação feminina no Conselho e variação do nível de GC no período de pesquisa.

Em relação às hipóteses de pesquisa, a primeira afirmava que a dualidade tem influência sobre a fraude, ou seja, em alguns anos os CEO eram a mesma pessoa que o presidente do CA. Isso não se confirmou, pois em todos os anos de pesquisa, os que compunham esses cargos eram pessoas diferentes. No entanto, houve o acúmulo de cargos nas empresas Petrobrás e Via Varejo, e isso foi considerado dualidade para o cálculo do coeficiente de Pearson. A segunda hipótese afirmava que a participação feminina no CA poderia reduzir a incidência da fraude, e as conclusões obtidas foram que isso se confirmou em partes, pois na análise das três empresas o máximo de participação feminina foi 20% na empresa Petrobras, ou seja, caso houvesse um aumento na participação, poderia ter a possibilidade de diminuir a fraude, mas o Modelo de Correlação de Pearson concluiu que a participação feminina tem média influência na fraude.

A terceira hipótese afirmava que o nível de GC influencia positivamente a fraude, porém a única empresa que apresentou muitas variações foi a Via Varejo, as outras mantiveram estáveis. O modelo de correlação de Pearson foi feito para entender se a dualidade, participação feminina e o nível de GC estavam relacionados a fraude ou eram variáveis completamente inversas. O que se confirmou foi que a dualidade e participação feminina têm uma influência moderada na fraude e o nível de GC tem uma relação muito baixa com a fraude.

A presente pesquisa teve diversas limitações como o curto intervalo de tempo analisado, foram apenas 5 anos antes da publicação de distorções contábeis em cada uma das empresas. Outra limitação foi o acesso ao relatório anual da Americanas em 2022, o relatório foi divulgado no final de 2023, mas não continha as informações necessárias para a análise das variáveis. Ele apresentava apenas as demonstrações financeiras e que a empresa estava em recuperação judicial, por isso foi utilizado o relatório de 2021 ao invés do de 2022. Em relação

ao coeficiente Pearson, foi feita a correlação apenas com 3 variáveis, caso a amostra aumentasse poderia ser demonstrado melhor os fatores relacionados à GC que mais influenciam na fraude.

Este estudo traz como contribuição para pesquisas futuras o estímulo ao desenvolvimento de outros trabalhos que utilizem o coeficiente de Pearson para mensurar De forma estatística a causa de um acontecimento. Ela também contribui com a produção de conhecimento sobre GC, fraudes contábeis, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, nível de GC, teoria da agência, entre outros assuntos importantes para o desenvolvimento de uma pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ACFE. (2014). Association of Certified Fraud Examiners. Report to the nations on occupational fraud and abuse. Disponível em: <https://www.acfe.com/-/media/files/acfe/pdfs/2014-report-to-nations.ashx>. Acesso em: 19/04/2023.
- ALBERTO DE FREITAS, George et al. Governança Corporativa e Desempenho dos Bancos Listados na B3 em Ambiente de Crise Econômica. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 21, n. 1, 2018. Acesso em: 10/02/2023.
- ALENCASTRO, M. S. C.; ALVES, O. F. Governança, gestão responsável e ética nos negócios. Curitiba: Editora InterSaberes, 2017.
- ALMEIDA, H.; CUNHA, I.; FERREIRA, M. A.; RESTREPO, F. The real effects of credit ratings: The sovereign ceiling channel. The Journal of Finance, v. 72, n. 1, p. 249-290, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jofi.12434>. Acesso em: 10/02/2023.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. Governança Corporativa: fundamentos e tendências. São Paulo:Atlas, 2004.
- ANDRADE, Lélis Pedro de et al. Governança corporativa: uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas brasileiras. Revista de Administração Mackenzie, v. 10, n. 4, p. 4-31, 2009.
- ANTOUNIAN, Christelle; DAH, Mustafa A.; HARAKEH, Mostafa. Excesso de entrenchamento gerencial, governança corporativa e desempenho da empresa. Pesquisa em Negócios e Finanças Internacionais, v. 56, p. 101392, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0275531921000131>. Acesso em: 10/02/2023.
- Baker, H. K., Pandey, N., Kumar, S., & Haldar, A. (2020). A bibliometric analysis of board diversity: Current status, development, and future research directions. Journal of Business Research, 108, 232- 246. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.11.025>
- BARROS, Arthur do Nascimento Ferreira. INFORMAÇÕES SOBRE O COMBATE À CORRUPÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM OS NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: Um estudo sob a ótica da hipocrisia organizacional. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33769> Acesso e, 20/04/2023.

BARROS, Arthur do Nascimento Ferreira. Informações sobre o combate à corrupção e suas relações com os níveis de governança corporativa: um estudo sob a ótica da hipocrisia organizacional. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33769>. Acesso em: 19/04/2023.

BASTOS, Edson Vinicius Pontes; MATOS, VINICIUS DA SILVA; MACEDO, MARCELO ÁLVARO DA SILVA. Relevância da informação contábil de lucro e fluxo de caixa: um estudo com foco em Ações Ordinárias e Preferenciais. Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa, v. 18, n. 2, p. 104-125, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/XJJRw8gmYSsdWLbm6fv9yPt/>. Acesso em: 11/12/2023.

BOENTE, Diego Rodrigues et al. GOVERNANÇA CORPORATIVA: TENDÊNCIAS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 14, n. 2, p. 3-16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/34965> Acesso em: 10/03/2023.

BORGES, Sabrina Rafaela Pereira; ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho. A opinião de especialistas sobre as variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil no setor bancário brasileiro. Revista Universo Contábil, v. 14, n. 3, p. 66-88, 2019. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6940/4149>. Acesso em: 19/04/2023.

BORGES, Sabrina Rafaela Pereira; ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho. A opinião de especialistas sobre as variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil no setor bancário brasileiro. Revista Universo Contábil, v. 14, n. 3, p. 66-88, 2019. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6940>. Acesso em: 10/02/2023.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição do Brasil de 1967*. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legista/legislacao.nsf/8b6939f8b38f377a03256ca200686171/4f201c7c04a5d7c032569fa0074225c?OpenDocument>>. Acesso em 26/11/2023.

CABRAL, Claudio Freaza. Análise de correlação entre acidentes de trânsito, de trajeto e variáveis socioeconômicas no Brasil. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4304>

CARGNELUTTI FILHO, Alberto et al. Tamanho de amostra para estimação do coeficiente de correlação de Pearson entre caracteres de Crambe abyssinica. Revista Ciência Agronômica, v. 42, p. 149-158, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rca/a/9JfYyRcFWjSFRSpzmgkTySL/>

CARPENTER, Mason A.; GELETKANYCZ, Marta A.; SANDERS, Wm Gerard. Upper echelons research revisited: Antecedents, elements, and consequences of top management team composition. Journal of management, v. 30, n. 6, p. 749-778, 2004. <https://doi.org/10.1016/j.jm.2004.06.001>. Acesso em: 11/12/2023.

CARREIRO, Nádía Kelly Duarte et al. Relações entre governança corporativa, desempenho financeiro e valor de mercado: uma análise no contexto brasileiro. Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión,

v. 29, n. 2, p. 11-28, 2021. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/rfce/article/view/4028/4823>. Acesso em: 27/02/2023.

CARRIJO, Tomaz Back. Relação entre o índice I de Moran e a quantidade de dados observados. 2016. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/19719>

CARVALHO, Caroline Alvarenga; RIBEIRO, Evandro Marcos Saidel. Participação Acionária em Empresas Listadas na B3 em 2018: Um Estudo de Redes. BBR. Brazilian Business Review, v. 16, p. 519-536, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bbr/a/vrqx3CJxkxJTRLKcF8rS98D/?lang=pt>. Acesso em: 11/12/2023.

CASTRO, Thais Aragão de. Características dos mecanismos de auditoria e a ocorrência de fraudes corporativas nas empresas listadas na B3. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60763>. Acesso em: 19/04/2023.

CATALYST. 2014 Catalyst Census: Women Board Directors. New York: Catalyst, 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 11/12/2023.

CHRIS, G.; THEODOROS, K. VASILIOS, C. Corporate governance in practice. The Greek case. Procedia Economics and Finance, v. 9, n. 1, p. 369-379, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567114000380> Acesso em: 08/05/2023.

CONDÉ, R. A. D. Fraudes corporativas: um estudo de casos múltiplos à luz da teoria dos escândalos corporativos 101f. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Faculdade de Administração e Finanças da UERJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bdtu.uerj.br:8443/handle/1/8091>. Acesso em: 10/02/2023.

CORDEIRO, Carlos Eduardo Glech. A governança corporativa através das demonstrações financeiras. 2018. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25825/Disserta%20a7%20a3o%20Carlos%20Cordeiro%20-%20defesa%2026.11.18%20vers%20a3o%20arquivada.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 27/02/2023.

CORREIA, Laíse Ferraz; AMARAL, Hudson Fernandes. Arcabouço teórico para os estudos de governança corporativa: os pressupostos subjacentes à teoria da agência. Rege Revista de Gestão, v. 15, n. 3, p. 1-10, 2008.

COSTA, A. P. P. WOOD JUNIOR, T. Fraudes corporativas. Revista de Administração de Empresas, v. 52, n. 4, p. 464-472, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/njX7qzF7Zy8GZhnZBBH3WYm/?lang=pt>. acesso em: 13/06/2023.

- COX, T. H.; BLAKE, S. (1991) Managing Cultural Diversity: Implications for organisational competitiveness. Academy of Management Executive. Acesso em: 11/12/2023.
- CRESSEY, D. R. The criminal violation of financial trust. American Sociological Review, v. 15, n. 6, p. 738-743, 1953. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/2086606.pdf?casa_token=4y0dO7EgYYAAAAA:3dNEDeKt7Q4LgmwNUowqGRo6WMnst71zoePwtVaA_O7pbq4bt1ladMqc_ityU0L-WguqFDlmHd6LE37e0CpI_ZzJfM1NjzvqYmf-z0YtpilPrp4bAXA Acesso em: 19/03/2023.
- CUNHA, Vera Lúcia M.; MARTINS, António. O Conselho de Administração e o desempenho das sociedades. Contabilidade e Gestão, v. 4, p. 67-92, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vera-Cunha/publication/272157387_O_Conselho_de_Administracao_e_o_desempenho_das_sociedades/links/54dbeeaa0cf23fe133af9ca6/O-Conselho-de-Administracao-e-o-desempenho-das-sociedades.pdf. Acesso em 23/11/2023
- CVM. (2013). Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro. Rio de Janeiro: CVM. Acesso em: 11/12/2023.
- DA SILVA CARPES, Antonio Maria; ROBERTO DA CUNHA, Paulo. Mecanismos de Governança Corporativa nos Diferentes Ciclos de Vida de Cooperativas Agropecuárias do Sul do Brasil. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <https://web.p.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=19843925&AN=129396517&h=5QN36DWtsx%2fHhYCnHryIU57xu82UHu9y%2bQcl4AiOQWjEvvNBJ5E%2bQzzYPgBD6REwOODlgRYrWfq8sYaRuSFkA%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d19843925%26AN%3d129396517>. Acesso em: 10/02/2023.
- DA SILVA, Amaro Jorge Santos Loureiro et al. Diversidade do conselho de administração das empresas cotadas no psi-20. e3-Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP, v. 7, n. 1, p. 052-096, 2021. Disponível em: <https://revistas.ponteditora.org/index.php/e3/article/view/360/316> Acesso em 11/12/2023
- DA SILVA, Gilson Rodrigues; DE SOUSA, Rossana Guerra. A influência do canal de denúncia anônima na detecção de fraudes contábeis em organizações. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 11, n. 30, p. 46-56, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/134372>. Acesso em: 10/02/2023.
- DANTAS, José Alves et al. Determinações de refazimento/republicação de demonstrações financeiras pela CVM: O papel dos auditores independentes. Revista Universo Contábil, v. 7, n. 2, p. 45-64, 2011. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2002>. Acesso em: 19/04/2023.
- DE ARRUDA, Giovana Silva; MADRUGA, Sergio Rossi; DE FREITAS JUNIOR, Ney Izaguirry. A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. Revista de Administração da UFSM, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/570>

DE FARIA, Maurício Soares; MACHADO, Michele Ríflany Rodrigues; DANTAS, José Alves. Fraude corporativa e gerenciamento de resultados: um estudo em instituições bancárias brasileiras. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 40, n. 2, p. 115-134, 2021. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Fraude+corporativa+e+gerenciamento+de+resultados%3A+um+estudo+em+institui%C3%A7%C3%B5es+banc%C3%A1rias+brasileiras&btnG=. Acesso em: 15/06/2023.

DE OLIVEIRA FREITAS, Maria Rafaela; LIMA CRISÓSTOMO, Vicente. Análise da convergência de avaliação de índices de responsabilidade social corporativa no contexto da empresa brasileira. Estudios Gerenciales, v. 37, n. 160, p. 349-363, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-59232021000300349&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 27/02/2023.

DE SOUZA, Antonio Artur; FONSECA, Simone Evangelista; MARTUCHELI, Camila. Qualidade das informações contábeis, governança corporativa e desempenho financeiro: uma análise comparativa de empresas brasileiras e francesas. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 21, p. e3322-e3322, 2022. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3322> Acesso em: 10/03/2023.

DINIZ, Bruna Cristina Silvério; BORGES, Sabrina Rafaela Pereira. Cultura organizacional de desempenho e a fraude contábil do setor bancário brasileiro. Contexto-Contabilidade em Texto, v. 20, n. 44, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/96640>. Acesso em 18/03/2023.

DO NASCIMENTO, Fernando Saulo Pinheiro et al. Práticas de governança corporativa dos conselhos de administração das empresas do novo mercado da BM & FBOVESPA. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 3, n. 3, p. 148-169, 2013. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/financ/index> Acesso em: 15/06/2023.

DO NASCIMENTO, Ítalo Carlos Soares et al. Participação Feminina no Conselho de Administração e a Sustentabilidade Empresarial. Revista Gestão Organizacional. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5381> Acesso em: 26/11/2023.

DORMINEY, Jack e cols. A evolução da teoria da fraude. Questões na educação contábil , v. 27, n. 2, pág. 555-579, 2012. Disponível em: <https://publications.aaahq.org/iae/article-abstract/27/2/555/7791/The-Evolution-of-Fraud-Theory>. Acesso em: 19/04/2023.

ECKERT, A.; SILVA, G. B.; BEM, D. D.; SCHLINDWEIN, C. E. Comparativo entre práticas de governança corporativa brasileiras e norte-americanas. Revista de Governança Corporativa, v. 9, n. 1, p. 0-0, 2022. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/67255/comparativo-entre-praticas-de-governanca-corporativa-brasileiras-e-norte-americanas/i/pt-br> Acesso em 08/05/2023.

EISENHARDT, K.M. Agency Theory: an assessment and review. The Academy of Management Review, v.14, n. 1, p. 57-74, Jan. 1989.

EISENHARDT, Kathleen M. Teoria da agência: uma avaliação e revisão. Iberoamerican Journal of Corporate Governance, v. 2, n. 1, 2015.

ESTEVEES, Nelson Miguel de Jesus. A duração do mandato dos administrativos. 2017. Tese de Doutorado. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/23175/1/Vers%C3%A3o%20final.pdf>.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics*, v.26, n. 2, p. 301-325, 1983.

FERNANDES, Camila de Araújo; MACHADO, Márcio André Veras. Conselho de administração, diversidade de gênero e monitoramento. *Revista de Administração de Empresas*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wMFYsppcq6Nn8ZDXGcsZgSk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 26/11/2023.

Ferrero-Ferrero, I., Fernández-Izquierdo, M. Á., & Muñoz-Torres, M. J. (2013). Integrating sustainability into corporate governance: an empirical study on board diversity. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(4), 193–207. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/csr.1333>. Acesso em: 11/12/2023.

FINKELSTEIN, S.; D'AVENI, R. A. CEO duality as a double-edged sword: how boards of directors balance entrenchment avoidance and unity of command. *Academy of Management Journal*, v. 37, n.5, p. 1079–1108, 1994.

FIORINI, Filipe Antônio; JUNIOR, Nelson Alonso; ALONSO, Vera Lucia Chaves. Governança corporativa: conceitos e aplicações. XIII SEGeT-Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 2016. Acesso em: 11/12/2023.

FLORENCIO, Wiliel; BATISTA, Fabiano Ferreira; REIS, Cristiane Queiroz. Governança Corporativa e desempenhos das ações de empresas do setor comercial em ambiente de crise econômica. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 19, 2020. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2977/2199>. Acesso em: 27/02/2023.

FORESTO, Alberto de Matos. A adoção de boas práticas de governança corporativa e a geração de valor nas organizações. 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3401700 Acesso em: 20/04/2023.

FORTE, Hyane Correia. Responsabilidade social corporativa, governança corporativa e estrutura de propriedade: uma análise da empresa brasileira. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52910/1/2020_dis_hcforte.pdf. Acesso em: 27/02/2023.

Fortuna, E. (2008). *Mercado Financeiro: produtos e serviços* (17a. ed.). Rio de Janeiro: Qualitymark. Acesso em: 11/12/2023.

FRAGOSO, Ronaldo Perez. Governança corporativa e o desempenho das empresas em períodos de crescimento e de crise. 2019. Tese de Doutorado. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27889/TCC_020819FC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27/02/2023.

FREITAS, Eduardo Costa de et al. Avaliação do sistema de combate às fraudes empresariais no Brasil. 2013. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26255> Acesso em: 26/04/2023.

FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Antônio Paulo Machado. A influência das características da governança corporativa na gestão tributária das empresas brasileiras. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8WBHWT>. Acesso em: 10/02/2023.

GOMES, Helena Bomfim. Relação dos controles de governança com o desempenho das companhias brasileiras: comprovativo à luz das teorias da agência e sinalização. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/47640/1/Relacaomecanismosgovernanca_Gomes_2022.pdf. Acesso em: 10/02/2023.

GOMES, Marcelo Alcides Carvalho. Fraudes Corporativas - Empresas não estão preparadas para detectar fraudes. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/bols/2000/rde588.htm>. Acesso em: 25/04/2023.

GROSVOLD, J. Where are all the women? Institutional context and the prevalence of women on the corporate board of directors. *Business & Society*. Acesso em: 11/12/2023.

GUANAES, Danielle. Utilização de métodos de combinação de classificadores em detecção de empresas fraudulentas. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/65522/Disserta%20UNIFESP>. Acesso em: 10/02/2023.

GUERRERO, H. *Excel Data Analysis: Modeling and Simulation*. Cham, Switzerland: Springer, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-01279-3>

GUIMARÃES, Soraya Soares et al. Procedimentos utilizados pela Auditoria Interna para detecção de fraudes: estudo de caso em uma empresa privada operadora de planos de saúde. 2013. Disponível em: https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/8099/1/disserta_Soraya_Guimaraes.pdf. Acesso em: 19/04/2023.

GUIMARÃES, Soraya Soares et al. Procedimentos utilizados pela Auditoria Interna para detecção de fraudes: estudo de caso em uma empresa privada operadora de planos de saúde. 2013. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/8099>. Acesso em: 10/02/2023.

HERMUNINGSIH; S., KUSUMA, H.; CAHYARIFIDA, R. A. Corporate Governance and Firm Performance: An Empirical Study from Indonesian Manufacturing Firms. *The Journal of Asian Finance, Economics, and Business*, vol. 7, no 11, p. 827-834, 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Corporate-Governance-and-Firm-Performance%3A-An-Study-Hermuningsih-Kusuma/916b640d520977cd692859a6e815b504bab5bc0e?p2df>. Acesso em: 10/02/2023.

IBGC.2015

Disponível

em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod_resource/content/1/Livro_Codigo_Melhores_Praticas_G_C.pdf. Acesso em: 10/02/2023.

IGLESIAS, THAYLA MG et al. REFLEXOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA SOBRE A SENSIBILIDADE DE PAGAMENTO-DESEMPENHO: UMA NOVA PERSPECTIVA. BATER. Revista de Administração Mackenzie, v. 23, p. eRAMF220088, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/Ls6P759gSwWbLc6ZGjwWB4x/?format=html&lang=pt&stop=next>. Acesso em: 10/02/2023.

Jaiswal, A. K. & Gupta, S. (2015). e influence of marketing on consumption behavior at the bottom of the pyramid. Journal of Consumer Marketing, 32(2): 113 – 124. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JCM-05-2014-0996/full/html>. Acesso em: 10/02/2023.

Jaswadi J. (2013). Corporate governance and accounting irregularities: evidence from the two-tier board structure in Indonesia (Doctoral dissertation, Victoria University). Disponível em: <https://vuir.vu.edu.au/22352/>. Acesso em: 10/02/2023.

JASWADI; IQBAL, M.; SUMIADJI. SME Governance in Indonesia: a survey and insight from private companies. Procedia Economics and Finance, v. 31, n. 1, p. 387-398, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567115012149> Acesso em: 08/05/2023.

JENSEN, M. C. Organization theory and methodology. Accounting review, v. 58, n. 2, p. 319-339, 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/246838>. Acesso em: 11/12/2023.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Specific and general knowledge and organizational structure. Journal of Applied Corporate Finance, v. 8, n. 2, p. 251-274, 1995.

Jensen, M., & Meckling, W. (1976) Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. Journal of Financial Economics, 3, 305-360.

JOHNSON, R.A.; WICHERN, D.W. Applied multivariate statistical analysis, 6ª edição, Madison: Prentice Hall International. 2007. 816p.

KASHIO, Gaudêncio Mitsuo et al. O Conselho de Administração como mecanismo de governança corporativa. 2007. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/23901>. Acesso em: 19/04/2023.

KLAMAS, Fernanda Reda Fenga Viana. Governança corporativa da Petrobras análise do caso de Pasadena à luz das práticas de governança corporativa. 2021. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30729>. Acesso em: 27/02/2023.

KRAUSPENHAR, J. H.; ROVER, S.A relevância da fraude contábil ocorrida na Via Varejo S.A.: um estudo de eventos. Revista Brasileira de Administração Científica, v.11, n.3, p.242-257, 2020. DOI: Disponível em:

- <http://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/CBPC2179-684X.2020.003.0017>. Acesso em: 10/02/2023.
- LEVI, Michael. Fraude organizada e organização de fraudes: descompactando a pesquisa sobre redes e organização. *Criminologia e Justiça Criminal*, v. 8, n. 4, pág. 389-419, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1748895808096470>. Acesso em: 19/04/2023.
- MANVAILER, Ramão Humberto Martins. Estudo exploratório dos determinantes de fraude corporativa em empresas brasileiras de capital aberto. 2021. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9579>. Acesso em: 27/02/2023.
- MARQUIORI, Lucas. Governança gera valor? Teste de evento de migração de nível de governança corporativa na B3. 2019. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28605>. Acesso em: 27/02/2023.
- MARTINS, Henrique Cordeiro; RODRIGUES, Suzana Braga. Atributos e papéis dos conselhos de administração das empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, p. 23-35, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/htQDYL4g47mWFfr5rz78pXx/?lang=pt>. Acesso em: 11/12/2023.
- MARTINS, Marcelo Monteiro. Impacto da governança corporativa no valor das empresas brasileiras. 2020. Tese de Doutorado. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28786/Dissertacao_Governanca%20v11.1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27/02/2023.
- MARTINS, Orleans Silva; VENTURA JÚNIOR, Raul. Influência da governança corporativa na mitigação de relatórios financeiros fraudulentos. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 22, p. 65-84, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/zD5MQ4ZpOWsrL6h5k4b3tWR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10/03/2023.
- MEIRINHO, Marcia Regina Sá de Sousa. Falhas de governança: levantamento de casos no mercado de capitais. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17721>. Acesso em: 19/04/2023.
- MENEGHEL, Marcia Ferraz et al. O impacto da estrutura de propriedade e controle no desempenho e governança corporativa das corporations listadas na B3. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27131/DIS_PPGCC_2022_MENEGHEL_MARCIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10/02/2023.
- MIRANDA, Carla Raquel Almeida. ICMS sobre combustíveis e inflação no Brasil: uma análise dos crescimentos observados através da correlação de Pearson. 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/36612>. Acesso em 17/12/2023

MOREIRA, Caritsa Scartaty. Fatores que determinam a identificação de red flags no processo de investigação de fraudes contábeis no contexto brasileiro. 2019. Dissertação de Mestrado. Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27314>. Acesso em: 27/02/2023.

MOSER, Elisa Maria; DA GAMA SILVA, Paulo Vítor Jordão; DE OLIVEIRA, Fernando Nascimento. Dualidade de CEO em Empresas Brasileiras. In: VIII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2017. 2017.

MOURA, Denia de. Análise dos fatores de convencimento do Juízo Brasileiro quanto à ocorrência de fraude contábil: um estudo de caso múltiplo da Gallus, da Encol e do Banco Santos. 2007. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4038/pronto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/05/2023.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso. Estrutura para detecção do risco de fraude nas demonstrações contábeis: mapeando o ambiente fraudulento. BBR-Brazilian Business Review, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1230/123016560001.pdf> Acesso em: 25/04/2023.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso; SCHIEHL, Eduardo. Relevância dos red flags na avaliação do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros. Revista Universo Contábil, v. 4, n. 1, p. 25-45, 2008. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/871>. Acesso em: 10/02/2023.

NASCIMENTO, Monize Ramos do et al. Contribuições de red flags para detecção de fraudes corporativas. 2020 Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10523>. Acesso em: 15/04/2023.

NOGA, Leidiane; RIBEIRO, Flávio; GERIGK, Willson. A RELAÇÃO ENTRE O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E OS NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO EM EMPRESAS DO SEGMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DA BM&FBOVESPA. Revista UNEMAT de Contabilidade, v. 10, n. 19, p. 145-169, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/4434/4434>. Acesso em: 27/02/2023.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD Corporate Governance Factbook 2019. 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/ca/Corporate-Governance-Principles-ENG.pdf> Acesso em: 10/03/2023.

OLIVEIRA, Luiz Carlos Silva; SOARES, Gustavo Fernandes. GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS E CONTROLES INTERNOS: O caso de uma Instituição Bancária. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 12, n. 1, p. 227-249, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/18313>. Acesso em: 15/06/2023.

OLIVEIRA, Luiz Carlos Silva; SOARES, Gustavo Fernandes. GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS E CONTROLES INTERNOS: O caso de uma Instituição Bancária. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 12, n. 1, p. 227-249, 2018. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt->

[BR&as_sdt=0%2C5&q=GEST%C3%83O+DE+RISCOS+OPERACIONAIS+E+CONTROLES+INTERNOS%3A+O+caso+de+uma+Institui%C3%A7%C3%A3o+Banc%C3%A1ria.&btnG=](#). Acesso em: 10/02/2023.

OLIVEIRA, Rossimar Laura. Gestão de fraudes financeiras externas em bancos. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-21122012-111004/en.php>. Acesso em 19/03/2023.

PEREIRA, Anísio Candido; DO NASCIMENTO, Wesley Souza. Um estudo sobre a atuação da auditoria interna na detecção de fraudes nas empresas do setor privado no Estado de São Paulo. Revista Brasileira de Gestão de Negócios-RBGN Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/947/94771905.pdf> Acesso em: 15/06/2023.

PERERA, Luiz Carlos Jacob; DE FREITAS, Eduardo Costa; IMONIANA, Joshua Onome. Avaliação do sistema de combate às fraudes corporativas no Brasil. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 11, n. 23, p. 3-30, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/762/76231724002.pdf>. Acesso em 10/03/2023.

PERIN, Luciana Toderó. Governança Corporativa: Os Controles e Órgãos de Controle estão estáveis com o estágio do ciclo de vida organizacional?. 2020. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9835>. Acesso em: 10/02/2023.

PINHEIRO, Roberto Paveck et al. Controladoria como instrumento para redução de riscos relacionados à fraude: estudo de caso companhia docas do estado de São Paulo-CODESP. 2020. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/27903/ROBERTO%20PAVECK%20PINHEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 26/04/2023.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PwC), 2016. Adjusting the Lens on Economic Crime Preparation brings opportunity back into focus Economic crime: people, culture and controls. Disponível em: <http://www.pwc.com/gx/en/services/advisory/consulting/forensics/economic-crime-survey.html>; Acesso em 26/04/2023.

PRUDÊNCIO, Priscila et al. Efeito da diversidade do conselho de administração e da diretoria executiva na responsabilidade social corporativa. BBR. Brazilian Business Review. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bbr/a/P9td5kvNc6TYZkNXXSbpjpw/?lang=pt> Acesso em 11/12/2023

REZAEI, Z.. Causes, consequences, and deterrence of financial statement fraud. Critical Perspectives on Accounting, v.16, n.3, p.277-298, 2005. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s1045-2354\(03\)00072-8](https://doi.org/10.1016/s1045-2354(03)00072-8). Acesso em: 10/02/2023.

ROCHA, Renato Menezes et al. Conselho de administração e desempenho nas maiores companhias listadas na BM&FBOVESPA. In: V Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis-AdCont 2014. 2014. Disponível em: <https://conferencias.ufrrj.br/index.php/adcont/adcont2014/paper/viewPaper/3979>. Acesso em: 11/12/2023.

SAID, Roberta Maia. Um estudo das principais fraudes em instituições financeiras no Brasil: reflexões sobre lições aprendidas. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-28092020-153831/publico/RobertaMaiaSaidCorrigida.pdf>. Acesso em: 27/02/2023.

SANTOS, Valdir Alves dos, et al. A fraude do banco panamericano: um estudo com base nos processos judiciais e extrajudiciais. 2021. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/28478>. Acesso em: 14/02/2023.

SANTOS, Valdir Alves. A fraude do banco panamericano: um estudo com base nos processos judiciais e extrajudiciais. 2021. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/28478/VALDIR%20ALVES%20DOS%20SANTOS%20G.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27/02/2023.

SARLO NETO, Alfredo et al. O diferencial no impacto dos resultados contábeis nas ações ordinárias e preferenciais no mercado brasileiro. Revista Contabilidade & Finanças, v. 16, p. 46-58, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/XJJRw8gmYSsdWLbm6fv9yPt/>. Acesso em: 11/12/2023.

SCARINCI, Thaís Ferraz Barbosa et al. Fraudes corporativas: uma análise dos seus determinantes e do seu efeito sobre o desempenho das empresas brasileiras de capital aberto. 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11450/3/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20-%20Thais%20Ferraz%20Barbosa%20Scarinci%20-%202021.pdf>. Acesso em: 27/02/2023.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães da et al. Fatores determinantes da intenção de denúncia ou do silêncio conivente da fraude contábil: um estudo à luz das teorias do comportamento planejado e do triângulo de fraude. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19001>. Acesso em: 19/04/2023.

SILVA, Larissa Karoline Souza. Mais é melhor! Mulheres no conselho de administração e a divulgação de responsabilidade social corporativa relacionada a gênero. 2020. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53136> Acesso em: 26/11/2023.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; BARROS, Lucas Ayres B. de C.; FAMÁ, Rubens. Estrutura de governança e valor das companhias abertas brasileiras. Revista de Administração de empresas, v. 43, p. 50-64, 2003. <https://www.scielo.br/j/rae/a/rCyBk8b8vtnXPrkRdLPbTTN/?lang=pt>.

SOUZA, A. B. e; BAUER, M. M.; COLLETTI, L. A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA E DO CONTROLE INTERNO NA ÁREA CONTÁBIL. Revista Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 148–174, 2020. DOI: 10.25112/rgd.v17i1.1723. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaodesenvolvimento/article/view/1723>. Acesso em: 10/02/2023.

SOUZA, FERNANDO OLIVEIRA. A RELAÇÃO ENTRE A DIRETORIA EXECUTIVA E O CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FEJEMG À LUZ DA GOVERNANÇA CORPORATIVA. 2016. Acesso em: 11/12/2023.

SOUZA, Juliana Ribeiro. Diversidade de Gênero no Mercado Brasileiro: uma análise sobre desempenho, risco e remuneração executiva de empresas do Índice Brasil 100. In. Congresso anpcont, XVI, 2022, Foz do Iguaçu, Paraná. Disponível em: https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2023/02/ID_338.pdf. Acesso em: 11/12/2023.

STRANGE, R. Corporate ownership and the theory of the multinational enterprise. *International Business Review*, v. 27, n.1, p. 1229-1237, 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0969593116302347?casa_token=Sv8AvPTQw6QAAAAA:u7wb57a0hl309yPOS5kYdmQ32OgpV-bGWs4UJ5Qgv10HzkKbE2-fzoaAEIggMigWbgsuagWsYw Acesso em 08/05/2023.

SUNDARAMURTHY, C.; LEWIS, M. Control and collaboration: paradoxes of governance. *Academy of Management Review*, v. 28, n. 3, p. 397–415, 2003.

TAVARES, Vitor Borges; PENEDO, Antônio Sérgio Torres. Desempenho empresarial e níveis de governança corporativa: um estudo longitudinal das empresas listadas na BM&FBOVESPA entre 2001 e 2015. *RAGC*, v. 6, n. 23, 2018. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1315>. Acesso em: 10/02/2023.

TELLES, Rafael Scuizato; DE OLIVEIRA MORAES, Romildo. A influência da Governança Corporativa e dos mecanismos externos de controle no trade-off entre as estratégias de gerenciamento de resultados. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 21, n. 1, p. 4, 2022. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3250/2381>. Acesso em: 27/02/2023.

Teston, S. F., & Filippim, E. S. Perspectivas e Desafios da Preparação de Sucessores para Empresas Familiares/Perspectives and Challenges in Preparing Successors for Family Businesses. *Revista de Administração Contemporânea*. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5772239> Acesso em 26/11/2023.

VIEIRA, Carlos André Marinho; MARTINS, Orleans Silva. Influência da estrutura do Conselho de Administração e do controle corporativo no turnover do CEO das empresas abertas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 15, n. 34, p. 181-201, 2018. file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-InfluenciaDaEstruturaDoConselhoDeAdministracaoEDoC-6678579.pdf

VIEIRA, Matheus Barcelos Carneiro. O compliance empresarial como mecanismo de combate à corrupção: incentivos da lei anticorrupção para a cultura de integridade no setor privado. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)–Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/18829>. Acesso em: 10/02/2023.

VILAÇA, Leonardo Júnio. Uma proposta de procedimentos para identificar fraudes relevantes nas demonstrações contábeis. 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/1511>. Acesso em: 10/02/2023.

VILAÇA, Leonardo Júnio. Uma proposta de procedimentos para identificar fraudes relevantes nas demonstrações contábeis. 2012. Disponível em:

WOOD JR, Thomaz; COSTA, Ana Paula Paulino da. Ações substantivas e simbólicas na criação e condução de uma fraude corporativa: o caso Boi Gordo. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 10, p. 804-819, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/zVDrbfff6KLy4SjRRZM6NLcN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15/06/2023.

WUERGES, Artur Filipe Ewald et al. Detecção de fraudes contábeis: é possível quantificar os casos não-descobertos?. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94499/279503.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19/04/2023.

